

Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais

Luiz Mott

Professor Titular aposentado do Departamento de Antropologia
da Universidade Federal do Bahia

Resumo

O artigo discute as diferentes correntes antropológicas que abordam a sexualidade humana, entre as quais a visão *naturalista* e o *construcionismo*, sinalizando alguns temas considerados cruciais e urgentes a serem aprofundados pelo saber e práxis antropológicas, a fim de enfrentar os desafios teóricos e práticos que as sexualidades, cada vez mais culturalmente diferenciadas, instalam nos dias atuais. O artigo igualmente chama atenção para a importância e necessidade do engajamento dos antropólogos na pesquisa, discussão e combate às diversas formas do preconceito em torno da sexualidade e, em particular, da homossexualidade. Nele, é apresentada uma breve história do posicionamento de associações científicas e acadêmicas brasileiras sobre o assunto, indicando a importância dos estudos e posições acadêmicas em prol de uma compreensão dos direitos dos homossexuais como direitos humanos.

Palavras-chave: teoria antropológica; estudos de sexualidade; homossexualidade; homofobia; direitos humanos; direitos gays.

Abstract

This article discusses the different anthropological views of human sexuality, such as the naturalistic view and the constructionism underlining the crucial and important subjects that need to be discussed in depth by the anthropological praxis in order to face the theoretical and practical challenges that the sexualities have to face nowadays. This article also calls attention to the importance and necessity of the engagement of the anthropologists in the research, discussion and combat of the many forms of prejudice concerning sexual matters, especially, homosexuality. Also in this article we present a brief history of the views of Brazilian academic and scientific associations on sexual matters, suggesting the academic importance of the studies and views in favour of homosexual human rights

Keywords: anthropological theory; studies of sexuality; homosexuality; homophobia; human rights; gays rights.

Não adianta comemorar o cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos se práticas injustas que excluem os homossexuais dos direitos básicos continuam ocorrendo. É

preciso que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tomem consciência e tenham percepção de que é necessário enfrentar essa situação de grave adversidade por que passam os integrantes deste grupo extremamente vulnerável (Ministro Celso Mello, Supremo Tribunal Federal).

Cada vez mais, os cientistas sociais e, em particular, os antropólogos, estão sendo requisitados para auxiliar os órgãos públicos, as organizações não governamentais e a sociedade civil a pesquisar e propor alternativas, a fim de entender e enfrentar problemas dramáticos decorrentes da chamada revolução sexual e das transformações das mentalidades e hábitos, provocados pelo desenvolvimento de uma cultura global marcadamente hedonista-narcisista: problemas como a gravidez infanto-juvenil, o aborto, a fecundação *in vitro*, o sexo seguro, a livre orientação sexual, as novas formas de educação sexual e sentimental etc.

Com o surgimento da AIDS, no início da década de 80, a mais global e destrutiva doença sexualmente transmissível conhecida em toda história, a pesquisa sobre sexualidade humana adquiriu o mesmo status e grau de urgência dos estudos que a Unesco patrocinou sobre raça e racismo logo após o holocausto nazista. Todos nos orgulhamos do bom trabalho realizado por nossos mestres naqueles anos dramáticos de pós-guerra. Compete a nós, agora, encontrarmos respostas eficazes para esse novo impasse mundial.

Hoje, frente ao HIV, nenhuma categoria acadêmica está melhor equipada do que nós, antropólogos, para pesquisar empiricamente e interpretar teoricamente a diversidade e a complexidade de nossa cultura sexual. Cabe-nos missão privilegiada neste mundo globalizado por uma pandemia: mantendo assim aquela mesma coerência advogada pelo jovem Durkheim, ao declarar: "*a sociologia – e digo eu, a antropologia – não valeria sequer uma hora de dedicação se ela não pudesse ser útil à humanidade*".

A sexualidade humana

Segundo os biólogos, os primeiros organismos sexuados – as algas – teriam surgido a 2 bilhões de anos, representando a reprodução sexual uma das mais bem sucedidas adaptações da evolução da vida.

O estudo científico do sexo surgiu na Civilização Ocidental, contraditoriamente, na época de maior repressão anti-sexual, na era Vitoriana, segunda metade do século XIX. Até aquela época, predominou, no *milieu* pensante ocidental, irrecuperável ignorância e pudico silêncio a respeito da sexualidade humana.

Heródoto, no século V, é apontado por E. Gregersen, em seu livro *Práticas Sexuais* (1983), como o autor da primeira teoria antropológica relativa à sexualidade, livre da explicação mitológica: para Heródoto, as pessoas que viviam em climas quentes eram sexualmente mais ativas e menos reprimidas do que as que habitam em áreas frias. Foram necessários mais de 1500 anos para que, finalmente, em 1980, George Murdock testasse essa hipótese: da fato, com uma amostra de 126 sociedades, comprovou ser acertado o *insight* do mestre grego, observando-se correlação significativa entre sociedades sexualmente dionisíacas e climas mais quentes, predominando, em oposição, tendências sexuais apolíneas em nichos ecológicos mais frios. Nesse caso particular, não comungo com a crítica que Leach faz a Murdock, em *Repensando a Antropologia*, equiparando seu trabalho ao de mero “*coleccionador de borboletas*” (MARSHALL & SUGGS, 1971).

Como enfatizou Carole Vance, no clássico *A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico* (1995), os antropólogos gozam, geralmente, a reputação de serem investigadores destemidos dos costumes e práticas sexuais em todo mundo, rompendo os tabus intelectuais *sexofóbicos*, comuns em outras disciplinas mais tímidas. Tal reputação, contudo, não corresponde perfeitamente à realidade, pois nossa disciplina compartilha ainda a opinião geral da academia de que sexualidade não é área inteiramente legítima, lançando dúvidas sobre a própria pesquisa, seus motivos e até sobre o caráter e idoneidade de quem pesquisa temas sexuais.

Tais distinções são fundamentais para a compreensão da sexualidade humana, pois diferentemente do que ocorre e é observado no mundo animal irracional, no qual a diferenciação e performance sexuais são determinadas geneticamente, sendo a resposta instintiva quase igual e padronizada para todos os indivíduos da mesma espécie, entre os humanos, a vivência sexual é marcadamente polimorfa, dada a complexidade do córtex cerebral e a diversidade das respostas culturais. Um mesmo indivíduo pode ser genética, gonadal e anatomicamente macho e, no entanto, identificar-se e viver psicológica, social e eroticamente como mulher – ou vice-versa. Nossa Roberta Close é o exemplo tupiniquim

mais badalado. Em seu livro *Sex, Gender and Society*, Ann Oakley demonstrou como se dá a construção sócio-sexual da personalidade, intelecto, dos papéis sociais e de gênero, descartando a hipótese de que os hormônios sexuais produzam um padrão de sensibilidade cerebral, explicativo das diferenças do papel de gênero (OAKLEY, 1972; COUTO, 1999; KATCHADOURIAN, 1979).

Marshall Shallins, já em 1976, em sua contundente crítica à obra pioneira de Edward Wilson, *Sociobiology: The New Synthesis* (1975), chamou a atenção para “*o equívoco de considerar a priori a sexualidade com um fato biológico, pois nenhuma satisfação pode ser obtida sem atos ou padrões socialmente definidos e contemplados, de acordo com um código simbólico, práticas sociais e propriedades culturais*”. A biologia humana não é um conjunto de imperativos absolutos: é maleável e apresenta enorme plasticidade se comparada com o determinismo a que estão sujeitos os animais. O meio ambiente e a cultura alteram o caráter biológico da sexualidade humana. A biologia, embora seja condição absolutamente necessária para a cultura, é também absolutamente insuficiente e incapaz de especificar as propriedades culturais do comportamento humano ou suas variações de um grupo para outro (MARSHALL, 1978). Aliás, essa é a mesma crítica que a antropologia feminista faz hoje à própria separação entre sexo e gênero.

Mary Douglas é outra que enfatiza a culturalidade da sexualidade humana: a autora de *Purity and Danger* garante que “*nada é mais essencialmente transmitido pelo processo social do que o aprendizado do comportamento sexual*” (DOUGLAS, 1973, p. 93).

A realidade sexual é variável em diversos sentidos. Muda no interior dos próprios indivíduos, dentro dos gêneros, nas sociedades, do mesmo modo como difere de gênero para gênero, de classe para classe e de sociedade para sociedade. Não existe uma categoria abstrata e universal de erotismo ou de sexualidade aplicável para todas as sociedades. O perigo de se imaginar a existência de um biologismo é que este pode legitimar perigosas atitudes normativas para a sexualidade, rotulando certas condutas de naturais e outras como desviantes ou antinaturais (FOUCAULT, 1982).

Apesar de sua enorme importância, a sexualidade humana tem sido área bastante negligenciada pelas ciências sociais e, em particular, pela antropologia, refletindo a execrável *sexofobia* reinante em nossa tradição judaico-cristã.

Segundo Marshall & Suggs, autores do importante *Human Sexual Behavior*, a dificuldade dos antropólogos face aos estudos da sexualidade poderia ser diagnosticada como esquizóide e se reflete, claramente, em obras mestras da pesquisa etnográfica: no *Notes and Queries on Anthropology*, publicado a partir de 1874 pelo Royal Anthropological Institute de Londres; no Capítulo III, *Estrutura Social*, os autores restringem-se a mencionar a divisão sexual do trabalho, a gravidez, parto, menstruação e magias sexuais, sem abordar propriamente a sexualidade humana enquanto área culturalmente organizada, merecedora de investigação sistemática¹. No *Manual de Etnografia*, de Marcel Mauss (1939/1947), o mesmo descaso em relação à sexualidade, tema tratado no capítulo 7, *Fenômenos Jurídicos*, quando aborda os aspectos morais no casamento (MAUSS, *id.*, p. 171, p. 383) tanto na obra *Anthropology Today*, de Kroeber (1953), quanto no *Dictionnaire de l'Ethnologie*, de Panoff e Perrin, os termos *sexo* e *sexual* sequer constam no índice (PANOFF & PERRIN, 1973). Em 1939, Evans-Pritchard escreveu pioneiro artigo intitulado *Sexual inversion among the Azande*: apesar da importância do tema e do prestígio do autor, o artigo ficou guardado na gaveta por 30 anos, só ousando publicá-lo, na *American Anthropologist*, em 1970, tamanha era a homofobia dentro da academia (GREGERSEN, 1983).

Não deixa de surpreender que a antropologia tenha trabalhado de forma tão insistente com temas próximos ao sexo – como incesto, parentesco, família, casamento, mutilações sexuais – e, não obstante, não avançou até às discussões de gênero e sexualidade. Os antropólogos e antropólogas resistiram à tentação da serpente, recusando comer aquela bendita fruta que abriu os olhos de nossos pais mitológicos, permitindo-os reconhecer que estavam nus.

Oportuno lembrarmos aqui a célebre taxonomia proposta por Michel Foucault, na *História da Sexualidade*, ao apresentar como característica do Ocidente a *Scientia Sexualis*, enquanto o Oriente seria marcado pela *Ars Erótica* (FOUCAULT, 1980). Importante igualmente salientar o papel propulsor da própria revolução sexual no desenvolvimento dos estudos sobre sexualidade humana: os movimentos sociais, mais uma vez, pressionando a Academia para não ficar a reboque da história!

¹ *Notes and Queries on Anthropology*, p.239

Apesar de o sexo ser um tema maior dentro de nossa cultura, a teoria social prestou pouca atenção à sexualidade. Ao fazer uma avaliação retrospectiva das diferentes interpretações da sexualidade humana propostas pelas ciências sociais e, particularmente, pela antropologia, podemos detectar duas grandes correntes interpretativas que reuniram, sob sua égide, representantes de diferentes escolas antropológicas: o *naturalismo* e o *construcionismo social*.

Conforme Roberto DaMatta, “*O trajeto da ciência é homólogo ao da sociedade, que, por sua vez, tem a mesma curvatura do indivíduo, que elabora as idéias, transformando-as em teorias, em teorias das diferenças*” (DAMATTA, 1981, p. 91). Essa sentença do autor de *Relativizando* reflete adequadamente a maneira como antropologia absorveu o etnocentrismo de sua época ao abordar a questão sexual.

Uma das características do construcionismo social é sua preocupação com a antropologia aplicada. Diz Leonore Tiefer:

No meio da criação de novos discursos sobre a sexualidade, é crucial que nos conscientizemos de como eles são criados e de nossa própria participação neste processo. Os antropólogos têm muito a contribuir para a pesquisa em sexualidade. A nova situação gerada pela Aids em relação a esta pesquisa está impregnada de possibilidades: trabalhar sobre as questões desafiadoras que a teoria da construção social tem levantado, evitando as limitações dos modelos essencialistas. Os interesses não são pequenos, para a pesquisa em sexualidade, para o trabalho aplicado na educação e prevenção da Aids, para as políticas sexuais, para a vida humana. Precisamos ser explícitos sobre nossos modelos teóricos, atentos à sua história e conscientes de nossa prática (TIEFER, p. 29).

Um dos mais significativos posicionamentos do construcionismo social é ter desvinculado o papel social do gênero, da natureza e da reprodução, negando a naturalidade da subordinação da mulher e contestando o determinismo biológico (FAUSTO STERLING, 1982). As análises transculturais provaram que sexualidade não determina os papéis de gênero, mostrando uma vinculação histórica entre a dominação masculina, a ideologia científica e o desenvolvimento da ciência e da biomedicina ocidentais. A crítica feminista e os estudos de gênero contrapuseram a repressão vitoriana do dever conjugal ao orgasmo múltiplo, o erotismo vaginal pelo clitoriano, a ausência de paixão pelo entusiasmo da amante liberada. Sexualidade e gênero se deram as mãos. Várias correntes do

pensamento contemporâneo compartilham o mesmo *approach* do construcionismo social, enfatizando o papel ativo do sujeito guiado pela cultura, na estruturação da realidade social. Trata-se de uma perspectiva endogênica, em oposição ao empiricismo e ao positivismo, que enfatizam a existência objetiva e realidade dos temas do inquérito científico numa perspectiva exogênica.

A academia contra a homofobia

Quando fazia meu mestrado em etnologia, na Sorbonne, no início da década de 1970, meu orientador, Sidney Mintz, certamente desconfiando de minha secreta orientação homossexual, passou-me cópia da histórica resolução da *American Anthropological Association*, de 1970, através da qual não só eram estimuladas as pesquisas na área da homossexualidade, como também se denunciava a homofobia (no documento, chamada de *homo-erotofobia*), pleiteando-se a imediata “*legalização mundial de todos os atos sexuais consensuais*”². De volta ao Brasil, após assumir publicamente minha homossexualidade e fundar o Grupo Gay da Bahia, decidi então batalhar para que, também em nosso país, a comunidade científica se posicionasse oficialmente de forma afirmativa sobre a questão homossexual.

Em seis anos, obtive a aprovação de sete moções por cinco diferentes associações científicas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). O que nos Estados Unidos foi resultado de duas décadas de militância de diferentes *schollars* gays, no Brasil, por falta de outros homossexuais acadêmicos assumidos, tenho a honra de ser autor único dessas pérolas preciosas.

A primeira moção é de 1981, aprovada pela assembléia da SBPC em Salvador: os organizadores dessa reunião haviam recebido diversas cartas anônimas, ameaçando que “muito sangue iria correr”, caso permitissem a realização de atos públicos em defesa dos

² A History of the Society of Lesbian and Gay Anthropologists:
<http://www.usc.edu/isd/archives/iglr/solga/history.html>

direitos dos homossexuais, prova incontestável do quanto certos segmentos da sociedade nacional repudiam a ousadia dos *pederastas* de se organizarem em defesa da igualdade dos direitos civis. O Grupo Gay da Bahia tinha apenas um ano de existência e a “barraca dos gays” foi considerada pela *Veja* como a mais concorrida da reunião, além de termos conseguido lotar o circo onde eram realizadas as sessões plenárias: nessa ocasião, furamos a orelha e colocamos brincos em mais de 50 rapazes, ainda uma grande novidade no Brasil. Era nossa estratégia anarquista de fazer política do corpo, questionando a rigidez da divisão sexual da estética corporal. A maior vitória, contudo, foi a aprovação da seguinte moção:

A Presidência e a Assembléia Geral da SBPC apóiam oficialmente a campanha nacional do movimento homossexual contra todas as formas de discriminação sexual; opõem-se energeticamente a todas as leis, códigos e posturas que, contrariamente à Ciência, rotulam o homossexualismo como patologia; resolvem que, em suas próximas reuniões anuais, haverá sempre espaço para debates interdisciplinares sobre a questão homossexual e comprometem-se a apoiar o encaminhamento do abaixo assinado da campanha nacional do Movimento Homossexual Brasileiro contra a discriminação sexual junto aos órgãos governamentais competentes.

No ano seguinte, na reunião da ABA, realizada na Universidade de São Paulo, em 1982, redigi texto mais abrangente, incluindo a defesa do principal pleito do movimento gay brasileiro naquele momento: a extinção do §302.0 da Classificação Internacional de Doenças, da Organização Mundial de Saúde, que rotulava o homossexualismo como “desvio e transtorno sexual”. Ao ser anunciada na Assembléia Geral da ABA, a “Moção pela liberdade sexual”, uma fervorosa antropóloga indianista, minha ex-colega da USP, não conteve o riso debochado, ignorando que as minorias sexuais representam mais de 10% de nossa população, enquanto os índios não chegam a 0,3%! Apesar de certa oposição por parte de alguns colegas mais moralistas, e a exclusão de um item do texto original (a respeito da “naturalidade” da homossexualidade – discussão complexa que divide os estudiosos essencialistas dos construtivistas sociais), foi aprovada a seguinte resolução:

Considerando que todas as expressões sexuais, desde que respeitem a liberdade alheia, são igualmente válidas e legítimas; que a discriminação sofrida pelas minorias sexuais consideradas desviantes atropela o direito de todo ser humano de fazer sexo como e com quem quiser; resolve apoiar o direito das minorias sexuais de se

organizarem da mesma forma que os demais grupos minoritários e apoiar a campanha nacional de repúdio ao §302.0 da CID da OMS.

Nesse mesmo ano, conseguimos aprovar uma segunda moção pela SBPC, esta ainda mais ambiciosa e abrangente:

Considerando a pequena produção científica no Brasil de pesquisas e trabalhos relativos à sexualidade humana em geral e à homossexualidade em particular, diferentemente do que já ocorre nos países mais desenvolvidos; e que os projetos de pesquisas sobre estes temas têm sido muitas vezes mal recebidos, discriminados e considerados irrelevantes ou faltos de interesse científico, apesar da inquestionável qualidade científica e relevância social; resolve usar de todo empenho, através de ofícios às fundações, instituições de pesquisas e órgãos financiadores, para que sejam acolhidos com idêntica objetividade e sem discriminação os projetos que tratem de temas relacionados à sexualidade e à homossexualidade, instituindo-se prêmios e estímulos aos projetos sobre esses temas.

1984 foi o ano mais frutífero no compromisso das associações científicas brasileiras na alforria dos homossexuais: aprovamos três moções! Em Vitória, na reunião da ABEP, ratificou-se a seguinte resolução:

A Associação Brasileira de Estudos Populacionais declara-se contra todas as expressões de preconceito e discriminação de que são vítimas os homossexuais de ambos os sexos em nossa sociedade e apóia a campanha nacional de repúdio ao §302.0 da CID da OMS.

Entre os colegas que vieram parabenizar-me pela corajosa iniciativa, recordo-me de um venerando casal de professoras lésbicas do Paraná, já em bodas de prata de um casamento secreto, mas conhecido e comentado por quantos as conheciam. O que se passava no íntimo dessas respeitáveis senhoras, vendo um petulante colega de orientação sexual se expor publicamente, é difícil de imaginar. Talvez jamais tivessem imaginado estarem presentes, e participarem com seu voto de aprovação, do início da lei áurea dos filhos de Sodoma e das filhas de Gomorra.

Na reunião da ANPOCS, em Águas de São Pedro, em 24 de outubro de 1984, além de se condenar o famigerado §302.0, aprovou-se moção que dizia:

Considerando a odiosa e violenta discriminação de que são alvo os homossexuais de ambos os sexos em nossa sociedade, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais resolve opor-se a todas

expressões de preconceito e discriminação contra os gays e lésbicas e incentivar junto aos centros de pós-graduação uma maior produção intelectual na área da sexualidade e da homossexualidade.

Meu principal revés ocorreu em Recife, na Reunião da Associação Brasileira de Psiquiatria, em 13 de outubro de 1984, na qual o plenário aprovou tão somente a primeira parte da moção, a saber:

Considerando que a homossexualidade em si não implica em prejuízo do raciocínio, estabilidade, confiabilidade ou aptidões sociais e/ou vocacionais, a ABP e suas filiadas se opõem a toda discriminação e preconceito, tanto no setor público, quanto no privado, contra os homossexuais de ambos os sexos.

Os psiquiatras, contudo, não concordaram com a segunda parte da moção, já aprovada pelas citadas sociedades científicas, que pleiteava o fim da classificação da homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Certamente temiam nossos profissionais da psique perder seus numerosos clientes “desviantes sexuais”, daí o reacionarismo de seu voto. Postura, aliás, que, passados poucos meses, demonstrou estar equivocada, tanto que, aos 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina, considerando as importantes moções das citadas associações científicas, assim como mais de 16 mil assinaturas de intelectuais, políticos e famosos artistas de todo o Brasil, decretou a extinção do anti-científico §302.0, deixando, a partir daquela data, de existir, em nosso país, qualquer diploma ou postura que se refiram à homossexualidade como patologia. Vitória crucial em favor da cidadania de milhões de cidadãos, que devem às associações científicas decisivo papel na destruição desse estigma inquisitorial, recuperado pela medicina legal da época vitoriana. O Brasil antecipou-se, portanto, em 9 anos, à própria OMS, que, somente em 1994, revogou o vetusto §302.0 da CID. Na reunião da ABA de 1996, em Salvador, obtive a aprovação de outra moção favorável ao Movimento Homossexual Brasileiro:

Considerando que o respeito ao princípio de alteridade é um dos alicerces da Antropologia, e da convivência harmoniosa entre os cidadãos, e que todas as diferentes orientações sexuais e organizações familiares devem gozar dos mesmos direitos e deveres garantidos por lei; a Associação Brasileira de Antropologia dá seu apoio oficial ao Projeto de Lei n.1151/95, de iniciativa da Deputada Marta Suplicy, que legaliza o Contrato de União Civil entre pessoas do mesmo sexo, estimulando aos

Parlamentares sua aprovação por representar um avanço indispensável aos direitos humanos universais (MOTT, 2003).

À guisa de conclusão, transcrevo algumas passagens de meu texto *Direitos humanos dos homossexuais*, publicado no Boletim da Associação Brasileira de Antropologia, em outubro de 1987. Após denunciar a campanha sistemática de difamação e estímulo à violência contra os homossexuais, patrocinada pelo jornal *A Tarde*, de Salvador – chegou-se a publicar frases como “*matar viado não é homicídio, é caçada*”, “*mantenha Salvador limpa, mate uma bicha todo dia*”, e mais “*os homossexuais são degenerados: não se devia convidar esses invertidos para aparecer em público na televisão*” –, eu sugeria aos antropólogos brasileiros que prestassem um pouco mais de atenção e manifestassem um pouco mais de solidariedade a essa abominada minoria. O que fazer, concretamente? Eis algumas sugestões: Primeiro, erradicar no seu meio, em sala de aula, na sua família e dentro de si mesmo, qualquer sentimento ou gesto de homofobia. Não tolerar e reagir a qualquer discriminação ou preconceito contra os gays, do mesmo modo como lutamos contra o etnocentrismo, racismo, machismo etc. Conscientizar-se que a ditadura do heterossexualismo é tão etnocêntrica e cruel quanto o machismo ou a teoria da supremacia racial. Solidarizar-se efetivamente com a defesa dos direitos de respeito e igualdade dos homossexuais. É inaceitável que num país onde o racismo tornou-se crime inafiançável, onde pessoas já foram presas e pagaram altas multas por ter chamado de *negão* a representantes da raça negra, ainda seja impunemente estampada, no principal jornal baiano, a declaração seguinte:

Luiz Mott, a bicha mor da Bahia, detentor nacional da taça frescura, é um atentado ao pudor de nossa cidade. Devia ser declarado pelo Presidente da Câmara de Salvador *persona non grata*: ele é um travesti repelente, sem um pingão de dignidade humana e a maior obscenidade da Bahia (Jornal *A Tarde*, 7-7-1989).

Alguns anos depois, recebi, da mesma Câmara, o Título de Cidadão de Salvador!

Conclusão

“No começo era o sexo e o sexo estará no fim. O sexo, como característica do homem e da sociedade, sempre foi central e assim vai continuar a ser, escreveu, em 1929, profeticamente, Alexander Goldenweiser, em seu precursor *Sex and Primitive Society*.

De fato, foi preciso que uma tragédia humana, sexualmente transmissível, a Aids, viesse ameaçar as conquistas da moderna revolução sexual para chamar a atenção do poder público, da academia e de nossa ciência, para a importância de estudarmos o homem “sem a folha de parreira”, como há tantos anos sugeriu Malinowski, um dos pioneiros da Antropologia da Sexualidade. E ao resgatar aqui, em grandes linhas, como foi o percurso dos estudos da sexualidade humana no Ocidente moderno, temos que ressaltar não só o pioneirismo de vários de nossos mestres, mas também o avanço notável realizado nos últimos decênios pelas novas escolas de pensamento. É assim que dispomos, hoje, de numerosos trabalhos na área da Antropologia da Sexualidade e de disciplinas afins. Além de significativos estudos interdisciplinares, que apresentam elevados níveis de consistência teórica, de rigor formal e de sutileza etnográfica.

Ao concluir esta reconstituição seletiva de como as diferentes correntes antropológicas abordaram a sexualidade humana, tentando contribuir para o avanço da discussão, sinalizo alguns temas que considero cruciais e urgentes a serem aprofundados pelo saber e práxis antropológicas, a fim de enfrentar os desafios teóricos e práticos que as sexualidades, cada vez mais culturalmente diferenciadas, no contexto das infinitas tribos urbanas características das nossas megalópoles e globalmente desterritorializadas, colocam nos tempos ultramodernos ou já pós-modernos que vivemos, a saber:

1. Deve a Antropologia pesquisar, com mais ousadia, a sexualidade humana, um tema ainda obscuro ou confuso para muitos, devido tanto à censura *sexofóbica* de uns, incluindo a que persiste, veladamente, em certos setores do meio acadêmico, quanto à exacerbação *sexolátrica* superficialista que caracteriza os nervosos tempos de globalização acelerada e excludente em que vivemos;
2. O antropólogo deve despir-se de todo etnocentrismo sexológico a fim de estudar e descrever as culturas sexuais diversas e a nossa própria, com a mesma objetividade com que tratamos os demais temas socioculturais;

3. Urge aprofundar a compreensão dos diversos significados que as culturas dão às regularidades e especificidades de sexo e gênero, prestando atenção à fragilidade das fronteiras estabelecidas dentro da gramática sexual ideal e factual, defendendo como direito humano fundamental a livre orientação sexual de todos os indivíduos;

4. É crucial mapear e interpretar as conexões existentes entre padrões de cultura, experiências individuais e eventos biológicos no desenvolvimento sexual da criança e adultos;

5. Cabe-nos descobrir o significado das respostas e a regulação de como homens e mulheres organizam suas relações interpessoais e sua conduta sexual e de gênero, atentando para as interfaces do biológico, psicológico e social na configuração da cultura sexual dos grupos e sociedades;

6. Finalmente, não descurar a vocação orgânica de nossa disciplina, que, em épocas de crise local ou mundial, como a vivida, hoje, por esta epidemia global, melhor do que qualquer outra ciência, tem a antropologia reconhecida tradição investigativa para diagnosticá-la, adequado instrumental metodológico para descrevê-la e o exemplo do arrojo engajado dos fundadores de nosso *métier*. Estes que deixaram a nós, antropólogos, a vocação de continuarmos a ser modernos aprendizes de feiticeiros, ousados experimentadores das mais variadas explicações e descrições do contraditório mundo em que vivemos, tendo o privilégio e a imensa responsabilidade de sermos os escribas da oralidade e corporeidade dos povos ágrafos e porta-vozes das minorias sem voz.

Na qualidade de intelectual orgânico, membro de uma das minorias sociais mais discriminadas de nosso país, envolvido de corpo e alma, há mais de duas décadas no resgate da etno-história e reforço da cidadania plena dos homossexuais, considero vital que os antropólogos apoiem a agenda do movimento gay brasileiro, no sentido de garantir a mais de 10% de nossa população os direitos básicos de sua integridade social. Para que

gays, lésbicas e transgêneros brasileiros deixem de ser subumanos e cidadãos de segunda categoria, considero urgente a adoção, em curto prazo, das seguintes medidas:

1. Descriminalizar de vez a homossexualidade no mal trato que a polícia e a justiça dão às minorias sexuais, aprovando-se leis que condenem a discriminação sexual, com o mesmo rigor que o crime de racismo;
2. Quebrar os tabus religiosos que diabolizam o amor entre pessoas do mesmo sexo, propondo, às diferentes igrejas, a promoção de pastorais específicas, voltadas para as minorias sexuais;
3. Erradicar a homofobia internalizada que impede à sociedade heterossexista reconhecer os direitos humanos e a diversidade das minorias sexuais, criando sentimentos de tolerância dentro das famílias para que respeitem a livre orientação de seus filhos e parentes homossexuais;
4. Superar o complô do silêncio e divulgar informações corretas e positivas a respeito do “amor que não ousava dizer o nome”, desmascarando as falsas teorias que patologizam a homossexualidade, ampliando, na academia, as pesquisas que resgatem a história e dignidade das minorias sexuais;
5. Substituir a homofobia reinante nos partidos e grupos políticos que tratam a cidadania homossexual como luta menor, erradicando dos grupos que defendem os direitos humanos qualquer tipo de manifestação de preconceito que viole a dignidade e cidadania dos homossexuais;
6. Estimular os gays, lésbicas, travestis e transexuais a assumirem, publicamente, sua identidade homossexual, lutando pela construção de uma sociedade onde todos nós tenhamos reconhecidos nossos direitos humanos e cidadania plena.

Referências

COUTO, Edvaldo Sousa. *Transexualidade. O Corpo em mutação*. Salvador: Editora GGB, 1999.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DOUGLAS, Mary. *Natural Symbols. Explorations in Cosmology*. New York: Pantheon Books, 1973.

FAUSTO STERLING, Anne. *Myths of Gender: Biological Theories and Anti-Feminist perspectives*. New York: Taviskock, 1982 .

FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: Diário de um Hermafrodita*. São Paulo: Francisco Alves, 1982.

_____. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GREGERSEN, Edgard. *Práticas Sexuais. A História da Sexualidade Humana*. São Paulo: Roca, 1983.

KATCHADOURIAN, H. *Human Sexuality: A Comparative and Developmental Perspective*. Los Angeles: University of California Press, 1979.

MARSHALL, D. & SUGGS, R. *Human Sexual Behavior The Range And Diversity Of Human Sexuality Experience Throughout The World*. New York: Basic Books Inc, 1971.

MELLO, Celso. "STF pede fim de punição a oficial homossexual". *O Estado de São Paulo*. 5 de Dezembro 1998.

MOTT, Luiz. *Homossexualidade: Mitos e Verdades*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.

PANOFF, M. & PERRIN, M. *Dictionnaire de l'Ethnologie*. Paris: Payot, 1973.

OAKLEY, Ann. *Sex, Gender and Society*. New York: Harper Books, 1972.

SAHLINS, Marshall. *The use and abuse of Biology*. Ann Arbor: Univ.of Michigan Press, 1976.

VANCE, Carole. "A Antropologia Redescobre A Sexualidade: Um Comentário Teórico", *Physis, Revista De Saúde Coletiva*, V. 5, N.1. Rio de Janeiro: 1995.

WILSON, Edward. *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge: Harvard Univ.Press, 1975.